

# A SUBJETIVIDADE DO ESPAÇO E AS CARACTERIZAÇÕES ESPACIAIS NO *ENSAIO DE 68: PRÉ-ANÚNCIO DO ESPAÇO COMO CONDIÇÃO DE APREENSÃO DOS OBJETOS SENSÍVEIS*

## THE SUBJECTIVITY OF THE SPACE AND ITS SPATIAL CHARACTERIZATIONS IN THE ESSAY OF 1768: A PRE-ANNOUNCE OF THE SPACE AS A CONDITION OF SENSIBLE OBJECT'S APPREHENSION

Marcio Tadeu Girotti<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo traz a polêmica acerca do espaço kantiano entre as concepções de Newton e Leibniz. A tentativa de conciliação, por parte de Kant, entre o espaço real-absoluto e ideal-relativo (Newton e Leibniz, respectivamente) o conduziu a engendrar sua concepção de espaço como ideal-subjetivo. Nessa perspectiva, o artigo apresenta a possibilidade de considerar o escrito *Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço* (1768) como um pré-anúncio do espaço subjetivo, tal como Kant apresenta na *Dissertação de 1770* e na *Crítica da razão pura*. Em 1768, Kant afirma que o espaço é o fundamento da diferença das regiões no espaço, partindo do argumento das contrapartes incongruentes, tomando o espaço como um ponto de referência. Assim, a concepção de espaço como um ponto de referência externo, um fundamento, enunciado em 1768, pode confirmar a tese de Kant acerca da subjetividade do espaço, tese esta defendida já em 1770. Com isso, a tese do espaço contida no Ensaio de 1768 pode ser configurada como o pré-anúncio da tese fundamental do espaço, o espaço como intuição pura.

**Palavras-chave:** Espaço. Fundamento. Intuição. Subjetividade.

**Abstract:** This article brings the controversy about the Kantian space between the concepts of Newton and Leibniz. The attempt at conciliation, by Kant, between the real-absolute space and ideal-relative one (Newton and Leibniz, respectively) led him to engender his conception of space as ideal-subjective. From this perspective, this article presents the possibility of considering the writing *About the first ground of difference of regions in space* (1768) as pre-announcement of the subjective space, such as Kant shows in the *Dissertation of 1770* and in the *Critique of Pure Reason*. In 1768, Kant argues that the space is the foundation of the difference of regions in space, based on the argument of incongruous counterparts, conceiving the space as a point of reference. Thus, the concept of space as an external reference point, a foundation, enunciated in 1768, confirmed Kant's thesis about the subjectivity of space, such thesis has defended in 1770. With this, the thesis about the space proposed in the *Essay of 1768* can be configured as the pre-announcement of the fundamental thesis of space, space as pure intuition.

**Keywords:** Space. Fundament. Intuition. Subjectivity.

\* \* \*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela UFSCar. Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – campus Marília-SP). Professor da Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE). E-mail: girotti\_mtg@hotmail.com

## **1. Introdução**

Na filosofia kantiana, o papel do espaço (também do tempo) possui uma importância fundamental para a construção do conhecimento, uma vez que o espaço é a forma da intuição sensível, o meio pelo qual o sujeito apreende o mundo.

O problema da noção de espaço na filosofia de Kant foi abordado ao longo dos escritos do período pré-crítico. A maior ênfase desse assunto encontra-se na *Monadologia Física*<sup>2</sup> (1756), com a tentativa de conciliação entre as teses leibnizianas e newtonianas, respectivamente, de concepções de um espaço ideal-relativo e um espaço real-absoluto. Essa tentativa de conciliação, por parte de Kant, corroborou o aceite da tese do espaço relativo, porém, no ensaio *Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço*<sup>3</sup> (1768) Kant retoma a tese do espaço absoluto.

Aceitar a tese de Newton não levou Kant a abandonar, definitivamente, a tese do espaço de Leibniz, já que Kant engendra sua tese sobre o espaço tomando-o como ideal. Assim, é possível observar a construção do espaço kantiano como ideal-subjetivo, mostrando que o sujeito possui uma estrutura cognitiva espaço-temporal que permite abarcar os objetos da sensibilidade. Isso mostra o papel do sujeito no conhecimento do mundo e os limites desse conhecimento, questão que Kant aborda na *Dissertação de 1770*<sup>4</sup> com a divisão entre mundo sensível e inteligível e espaço e tempo como condições de representação do sujeito cognitivo.

Diante da busca pela fundamentação da metafísica tradicional, que até o momento encontrava-se em situação embaraçosa, e a busca pelo modo como conhecemos os objetos (como eles são possíveis de serem conhecidos), Kant volta-se ao estudo do espaço, que é dado como pressuposto da existência das coisas. A noção de espaço é configurada, antes e depois de Kant, como o meio em que os materiais e corpos se localizam, ao passo que no século XVIII a discussão girava em torno de saber se os corpos eram posteriores ou anteriores ao espaço e tempo, respectivamente, Newton e Leibniz. Para ambos, entretanto, o espaço é uma referência a coisas materiais, sendo uma entidade física e não psíquica.

---

<sup>2</sup> Uso da metafísica unida à geometria em filosofia natural cujo espécime I contém a monadologia física (Metaphysicae cum geometria junctae cujos specimem I. continet monadologiam physicam).

<sup>3</sup> Vom dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Reume.

<sup>4</sup> Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e inteligível (De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis).

Na filosofia kantiana, o espaço é definido como uma faculdade representativa, a faculdade das representações, culminando nas concepções de espaço e tempo. O espaço e o tempo não seriam entes, não existiriam por si mesmos, não seriam relações abstraídas das coisas espaciais e temporais, mas são, em certo aspecto, condições da sensibilidade. Ou seja, espaço e tempo são condições imprescindíveis para o conhecimento, pois os objetos que nos são apresentados só são possíveis no espaço e no tempo.

No século XVII, o espaço é distinto dos corpos que o ocupam culminando em uma dicotomia com respeito à definição de espaço. O físico Isaac Newton afirma que o espaço é independente dos corpos, ou seja, existe antes dos corpos aparecerem para ocupá-lo, preenchendo este espaço vazio e infinito (espaço absoluto). Para o metafísico Leibniz, o espaço é constituído após o aparecimento das coisas (mônadas), estas possuem uma posição no espaço que gera uma relação com outras coisas, que podem mudar de posição e sua distinção seria possível por pensamento (espaço relativo).

Kant concorda tanto com a tese de Leibniz quanto com a tese de Newton, porém, em oposição a Leibniz, afirma que existe uma identidade do espaço físico com o espaço geométrico (tese newtoniana), visto que o espaço físico, distinto das coisas que o ocupa, possui características que se relacionam à geometria (como: linha, ponto, volume, limite, etc.), sendo possível identificar os dois espaços. A problemática do espaço a qual Kant se insere corresponde a compreender, levando em consideração as teses de Leibniz e Newton, se o espaço precede ou não as coisas e se o espaço é condição das coisas existirem e serem como são, além de se interrogar sobre a possibilidade das coisas serem determinadas sem a condição espacial.

O caminho traçado por Kant até a *Dissertação de 1770* diz respeito à tentativa de conciliação entre leibnizianos e newtonianos. Em um primeiro momento, Kant concorda com Leibniz que afirma que o espaço é constituído depois do aparecimento dos corpos (espaço relativo) – isto fica evidente em sua primeira obra de 1747 (*Pensamentos sobre a verdadeira estimação das forças vivas*) – onde afirma que somente pela força de atração externa as coisas possuem espaço e extensão. Anos mais tarde, Kant mudará de concepção e compartilhará com Newton a tese do espaço absoluto (anterior aos corpos), para futuramente elaborar sua própria noção de *espaço subjetivo* (a partir de 1768).

No *Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço* (Ensaio de 68) pode-se observar, em alguns aspectos, o primeiro grande passo para a

caracterização do espaço subjetivo, o qual melhor se fundamenta com a *Dissertação de 1770*. Como já foi dito, Kant compartilha com Leibniz a concepção de espaço relativo em detrimento do espaço absoluto newtoniano, porém, ao interpretar Leibniz, Kant pressupõe o espaço absoluto. Nesse sentido, o *Ensaio de 68* marca a passagem da necessidade de um ponto de referência externo que determine a diferença das regiões do espaço. No entanto, o espaço ainda é visto como algo real, mas já caracteriza um espaço como condição de experiência para um sujeito cognoscente.

Nesse sentido, pretendemos mostrar que o *Ensaio de 68* prenuncia a caracterização do espaço como algo subjetivo, no sentido do espaço ser algo real em si mesmo, ao mesmo tempo em que é algo intuitivo. Isso, à medida que o espaço é o fundamento que permite mostrar que há diferenças entre objetos iguais e semelhantes, mas que são incongruentes, não encerrados nos mesmos limites. Assim, o espaço é o fundamento da diferença das regiões no espaço, ele é algo real, anterior às coisas (tal como queria Newton), e será também espaço como intuição pura.

## **2. A definição de espaço na *Crítica da razão pura* e na *Dissertação de 1770***

Na *Crítica da razão pura* (1787), Kant promove a caracterização do espaço como algo subjetivo e ideal, uma intuição pura e *a priori*. Procura definir o espaço por meio da exposição metafísica, que expõe o conceito enquanto dado *a priori*, bem como por uma exposição transcendental que, segundo Kant (KrV, B 40), é “a explicação de um conceito como um princípio a partir do qual se possa compreender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*”.

Aqui, iremos nos preocupar somente com a exposição metafísica do espaço, para poder verificar os argumentos recorrentes na *Dissertação de 1770* sobre esse conceito. Retrocedemos ao *Ensaio de 68* para compreender se há ou não um pré-anúncio da subjetividade do espaço neste ensaio.

Na exposição metafísica do “conceito” de espaço, Kant lança mão de quatro teses, que podem ser reunidas em pares, constituindo a definição de espaço como intuição e algo puro. As teses se resumem do seguinte modo:

- 1) espaço não é conceito empírico;
- 2) espaço é representação *a priori* necessária;
- 3) espaço é intuição pura;

4) espaço não é conceito, é intuição *a priori*.

Pelas teses 1 e 2 tem-se que o espaço é *a priori*; pelas teses 3 e 4 tem-se que o espaço é intuição.

Na tese 1, Kant afirma que o espaço não é um conceito empírico, uma vez que ele não é abstraído de sensações externas, pois, o próprio espaço é condição de apreensão dessas sensações. Diz Kant:

O espaço não é um conceito empírico abstraído de experiências externas. Pois a representação de espaço já tem que estar subjacente para certas sensações se referirem a algo fora de mim [...] esta experiência externa é primeiramente possível só mediante referida representação. (KrV, B 38)<sup>5</sup>.

Pode-se perceber que Kant apresenta o espaço como condição da experiência sensível (externa), ou seja, o espaço é algo anterior à representação das coisas que são externas ao sujeito. Além disso, o espaço não é empírico, pois não é abstraído mediante coisas externas ao sujeito, ele é puro, independente da experiência.

No mesmo sentido, a tese 2 segue a mesma argumentação à medida que pressupõe o espaço como condição de possibilidade de representação dos objetos externos ao sujeito (fenômenos). O espaço, aqui, também é algo puro, no sentido de ‘anterior’ à própria possibilidade do fenômeno, ele é representação *a priori*. Segundo Kant:

O espaço é uma representação *a priori* necessária que subjaz a todas as intuições externas. [...] Ele é, portanto, considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente destes; é uma representação *a priori* que subjaz necessariamente aos fenômenos externos. (KrV, B 38-39).

Pelas teses 1 e 2, Kant define o espaço como um “conceito” puro, independente das sensações externas. Ou seja, o espaço não é adquirido por meio de abstrações referentes a notas características comuns aos objetos da experiência sensível, o que leva Kant a definir, nas teses 3 e 4, o espaço como intuição, diferenciando o mesmo do conceito.

---

<sup>5</sup> O Sistema de citação utilizado segue as ‘abreviações’ preparadas pela *Kant-Forschungsstelle der Johannes Gutenberg-Universität Mainz*. Sistema de citação: Siglum, AA (Bd.-Nr.): Seite[n]. Zeile[n]. Nesse caso, a *Crítica da razão pura (Kritik der reinen Vernunft)* será abreviada por KrV.

Na *Crítica*, é possível verificar que Kant utiliza o termo ‘conceito’ quando se refere a espaço, em especial, na exposição metafísica do espaço. No entanto, é preciso ressaltar que o próprio autor não apresenta o espaço como conceito, mas como intuição, tal como expressa nas teses 3 e 4 acerca do ‘conceito’ de espaço.

A tese 3 traz o espaço como intuição, apresentando duas premissas, a saber: o espaço é uno, que remete a um objeto singular, mas também o espaço não é uma composição de partes, pois tais partes são limitações de um mesmo espaço. Isso mostra que o espaço é uma intuição pura podendo ser somente representado como uno, em que todas as partes estão contidas no todo, pressupõem o todo. Para Kant:

O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal de relações das coisas em geral, mas sim uma intuição pura. Em primeiro lugar, só se pode representar um espaço uno, e quando se fala de muitos espaços entende-se com isso apenas partes de um e mesmo espaço único. [...] O espaço é essencialmente uno; o múltiplo nele [...] repousa apenas sobre limitações. (KrV, B 39).

Para compreender o espaço como intuição é preciso compreender o que é conceito, tal como Kant apresenta na tese 4, quando afirma que o espaço é uma grandeza infinita dada. Um conceito é algo que compreende tudo sob si, à medida que reúne coisas que possuem notas características que podem ser agrupadas em um conceito geral, ou, são coisas que podem ser distintas por diferenciações de um mesmo conceito, um conceito pode ser dividido em partes, caso este que não ocorre com a intuição. O conceito pode ser abstraído de objetos particulares que compõem um conceito, por exemplo, o conceito de cadeira: objeto com 4 pés, assento e encosto compõem o conceito de cadeira, já que todo o objeto com estas características pode ser considerado cadeira, independente da ‘forma’ do objeto, ou seja, se os 4 pés tem rodinhas, ou se o encosto é quadrado e outro é redondo, etc. Assim, um conceito contém diversas coisas *sob si*, ao passo que a intuição contém as coisas *em si*.

A tese 3 afirma que o espaço não é conceito discursivo, isto é, não se pode descrever o espaço, tal como se pode descrever um conceito (de cadeira), dividir ou diferenciar os espaços, mas as partes do espaço são partes de um mesmo espaço, apreendido em suas limitações. O conceito pode ser compreendido em suas diferenciações partindo do conceito em geral para suas especificações, bem como partindo de suas partes para o todo do conceito.

Nesse sentido, o espaço é uma intuição enquanto é uno, enquanto não é uma composição e suas partes repousam nele, como limites deste espaço, prescrevendo a multiplicidade do espaço. Na tese 4, Kant conclui que espaço é intuição pura, compreendendo que ele não é conceito e não é adquirido de sensações externas, corroborando o que expôs na tese 3, mas também agrega as premissas das teses 1 e 2. Segundo Kant:

O espaço é representado como uma magnitude infinita *dada*. Ora, é verdade que se precisa pensar cada conceito como uma representação contida num número infinito de diversas representações possíveis (como sua característica comum), portanto contendo *sob si* tais representações; mas nenhum conceito como tal pode ser pensado como se contivesse *em si* um número infinito de representações. Não obstante, o espaço é pensado desse modo (pois todas as partes do espaço são simultâneas ao infinito). A representação originária do espaço é, portanto, *intuição* a priori e não *conceito*. (KrV, B 39-40, grifo do autor).

A tese 4 mostra o que é conceito e o que é intuição, concluindo que o espaço é uma intuição e não um conceito. Conceito é tudo aquilo que contém algo *sob si*, infinitas representações com características comuns que podem ser ‘postas’ sob um conceito geral. Intuição, no entanto, não contém nada *sob si*, mas contém um número infinito de representações *em si*. Agora, o que chama a atenção na tese 4 é a afirmação de que *espaço é um grandeza infinita dada*, que contém tudo *em si*. O espaço como grandeza infinita dada mostra que o espaço é algo divisível ao infinito, mas que contém suas partes em si como limitações. Ou seja, o espaço é um todo infinito e cada parte é um limite deste todo. Com isso, é preciso colocar a questão: como o espaço é grandeza infinita dada? Já que é possível abarcar um espaço em suas limitações, mas não é possível abarcar o todo (espaço infinito), o que acarreta o problema em considerar o espaço como um todo infinito dado, mas impossível de ser abarcado em sua totalidade, mas somente em suas limitações (problema apresentado as Antinomias da razão pura).

Deixando, por enquanto, tal problema de lado, façamos um retrocesso à *Dissertação de 1770*, procurando compreender a definição de espaço no §15 deste escrito. Aqui, Kant apresenta 5 teses, mas que não diferem, substancialmente, das teses expostas na *Crítica*.

No §15, Kant apresenta 5 teses para definir o espaço, promovendo uma exposição que caracteriza o espaço como intuição pura. Na *tese A*, Kant afirma que espaço não é extraído de sensações externas, uma vez que é possível perceber as coisas

como externas ao sujeito à medida que o espaço permite representar as coisas fora do sujeito estando as coisas em lugares diferentes do próprio sujeito. Ou seja, só é possível conceber coisas exteriores umas às outras em espaços diferentes, pressupondo o espaço como condição de existências dessas coisas.

Na tese B, Kant repete a exposição da tese 4 (*Crítica*), afirmando que o “espaço é uma representação singular que compreende tudo *em si*” (MSI, AA 02: 402, grifo do autor)<sup>6</sup>, mostrando que o espaço é anterior às coisas, mas não como conceito empírico (abstração), e também espaço não é conceito porque não é nota característica comum a diversos exemplares. Isto é, espaço não é algo abstraído das coisas, mas é a própria pressuposição ou condição das coisas.

O espaço como condição de ‘aparência’ dos objetos externos culmina na caracterização do espaço como intuição pura, como ‘conceito’ singular que não é abstraído de sensações externas, tal como afirmado na *tese C*. Aqui, Kant afirma que espaço é algo singular, porque se fosse algo diverso, os diversos espaços possuiriam algo em comum, o que constituiria o espaço como conceito (abstração). Portanto, as partes do espaço, o diverso, são partes de um mesmo espaço – tal como a tese 3 na *Crítica*.

Diante dessas 3 teses demonstradas na *Dissertação de 1770*, é possível perceber que o espaço é condição de representação das coisas que são externas ao sujeito, sendo o espaço intuição pura, algo que não é abstraído de sensações externas e precede a própria representação das coisas externas ao sujeito. Além das 3 teses apresentadas, Kant ainda apresenta a *tese D*, que afirma a *subjetividade e idealidade* do espaço, e a *tese E*, que mostra o espaço como *fundamento* de toda verdade na sensação externa. As *teses D* e *E*, juntamente com a *tese A* (espaço não é extraído de sensações externas), nos leva a inferir que é possível retroceder ao *Ensaio de 68* para encontrar a gênese da caracterização do espaço como algo subjetivo.

É nesse sentido que procuraremos expor a tese de que o *Ensaio de 68* possui um pré-anúncio da subjetividade do espaço, ainda de modo mitigado, mas que permite fazer uma “aproximação” entre os argumentos para a caracterização do espaço como subjetivo e ideal, intuição pura e *a priori*, forma pura da sensibilidade. Para tanto, iremos retroceder ao problema do espaço, compreendendo a tentativa de conciliação que Kant promove entre as teses de um espaço real-absoluto (Newton) e ideal-relativo

---

<sup>6</sup> Notação para *Dissertação de 1770* (MSI).

(Leibniz). Com isso, mostraremos o caminho engendrado por Kant até chegar ao *Ensaio de 68* com o argumento que atesta o espaço como o *fundamento* da diferença das regiões no espaço, além de afirmar que o espaço é uma pressuposição para ‘perceber’ as coisas externas ao sujeito.

Enfim, procuramos compreender que o espaço, tal como exposto em 1768, traz consigo algo de subjetividade, que permite apresentar o escrito como pré-anúncio do problema do espaço, espaço este como condição da sensibilidade (*Dissertação de 1770*) e Forma pura da intuição sensível (*Crítica*).

### **3. A problemática do espaço entre Newton, Leibniz e Kant**

Nos *Philosophiae naturalis principia mathematica* (1686), Newton apresenta o espaço absoluto como algo anterior às coisas que o ocupam, ou seja, o todo é anterior às partes, mostrando que o espaço é sempre semelhante e imóvel, independente de qualquer objeto, em si mesmo, sem relação com nada que lhe seja externo<sup>7</sup>. Diante disso, Leibniz procura refutar o espaço absoluto de Newton e afirma que este é um espaço substancial; ao passo que tal interpretação, na *Correspondência com Clarke*<sup>8</sup>, não é aceita, visto que Newton não se preocupa em provar a substancialidade do espaço (já que sua tarefa é demonstrar a ordem dos fenômenos da natureza através de caracteres matemáticos), pois seu interesse não se coaduna com o interesse leibniziano, que busca a causa última das coisas e não simplesmente a ordem causal próxima.

Leibniz pressupõe que o espaço absoluto é substancial, devido ao seu próprio conceito de substância, isto é, aquilo que independe de algo para existir, algo que não possui dependência com nada que lhe seja externo, possuindo uma autonomia existencial. Logo, sendo o espaço absoluto independente de qualquer objeto, este seria, portanto, substancial.

Contrário a Newton, Leibniz afirma que o espaço é relativo, ulterior às próprias coisas, pois a parte seria anterior ao todo e estaria presente posteriormente a elas. Nesse caso, o espaço absoluto não seria substancial, podendo-se prová-lo através de uma relação sujeito e predicado (levando em consideração que o próprio autor não emprega tal prova, todavia, pode-se utilizá-la através da própria definição da substância

---

<sup>7</sup> Definição VIII, Escólio (na tradução da Coleção Os Pensadores, XIX, p. 14).

<sup>8</sup> Tal argumentação se desenvolve na Terceira, Quarta e Quinta Carta de Leibniz ou Réplica a Clarke (na Tradução da Coleção Os Pensadores, XIX, p. 412-439).

leibniziana). Além disso, é preciso considerar que Leibniz considera o espaço absoluto como substancial para garantir a substancialidade do corpo refutando, assim, o espaço newtoniano.

Conseqüentemente, se o espaço absoluto é substancial, ele não possui dependência em relação a nada, devendo-se levar em conta que o corpo pode ser uma substância. Se o corpo deve ocupar o espaço (tese newtoniana), este “deve ocupar” seria o predicado do corpo, ou seja, o espaço absoluto perde sua substancialidade e o corpo passa a ser a substância. Do mesmo modo, se o espaço deve ser ocupado pelo corpo (predicado do espaço), perde-se a substancialidade do corpo. Entretanto, em Newton, nota-se que o corpo é uma substância cujo predicado é a “ocupação” do espaço. Portanto, o espaço absoluto pode ser refutado através da substancialidade, afirmando assim a existência de um espaço relativo<sup>9</sup>.

Os argumentos preferíveis de Leibniz a este respeito são aqueles que fazem uso dos princípios da identidade dos indiscerníveis e de razão suficiente: posto que o espaço, se real, é idêntico em todas as suas partes, portanto, indiscernível, não haveria razão suficiente para que as coisas existentes fossem dispostas desta ou daquela maneira; assim, somente a relação de distâncias que as coisas mantêm entre si é que pode determinar a especificidade de um tal arranjo de copresentes espaciais (PRADO, 2000, p. 42).

Como definição de espaço relativo, tem-se que tal espaço é uma relação de copresença das substâncias (como elas estão dispostas). Leibniz mostra a não existência de uma relação entre as substâncias, mas sim uma relação entre as distâncias dos lugares ocupados por elas, sendo que o lugar não é a porção de espaço que a substância ocupa e sim o ponto de vista pelo qual ela reflete o mundo.

Há, então, duas teses que se opõem com relação ao espaço e é aqui que Kant engendra sua conciliação entre as teses newtonianas e leibnizianas buscando conciliar os dois lados. Busca, ao menos, convencer os adeptos da teoria de Leibniz a aceitarem algumas ideias de Newton sem descartar as de Leibniz, e vice-versa.

Certamente, o que estará em jogo não será somente a questão do espaço, mas também as teses que envolvem geometria e metafísica, as quais, neste caso específico,

---

<sup>9</sup> Tal prova enquadra-se no conceito substancial de Leibniz, porém, tomada a relação sujeito e predicado (substância e atributo) o espaço seria um atributo, caso este que não se sustenta. Em contrapartida, Leibniz afirma que sendo o espaço real, este é idêntico em todas as partes, logo, para haver uma diferenciação entre as coisas que o ocupam, o espaço deve ser relativo, isto é, uma relação de distâncias entre tais coisas (de seus lugares), especificando a copresença das substâncias no espaço.

utilizam o espaço, cada qual à sua maneira, uma contrariando a outra. A primeira afirma ser o espaço divisível ao infinito e considera a existência de um espaço vazio; já a segunda diz ser o espaço não divisível ao infinito e nega o espaço vazio (absoluto).

É nesse contexto que se encontra a base para a discussão acerca do espaço, a saber: Newton afirma que (1) o espaço é absoluto e (2) garante que o espaço físico é idêntico ao geométrico; Leibniz afirma que (3) o espaço é relativo e (4) nega que o espaço físico seja idêntico ao geométrico. Utilizando as teses 2 e 3, Kant buscará conciliar Newton e Leibniz, afirmando ambas e buscando convencer os leibnizianos da tese 2. Desse modo, Kant engendra sua tentativa de conciliação, partindo da tese de que o espaço é relativo e o espaço geométrico é idêntico ao espaço físico<sup>10</sup>.

Entretanto, o que irá ocorrer é que Kant acaba por criar outro espaço relativo diferente do espaço relativo de Leibniz, entendendo que este é uma relação de substâncias, que estas se relacionam sem ocupar o espaço da outra (impenetrabilidade), sendo que para Leibniz a relação se dá pela copresença das substâncias (como estão dispostas). Além disso, na *Monadologia Física*<sup>11</sup>, Kant utiliza o termo “ocupar” durante toda a sua argumentação, demonstrando que o espaço é pré-existente, ou seja, absoluto; pois ocupar um espaço exige presumir que este já exista<sup>12</sup>.

A partir do *Ensaio de 68*, Kant teria se dado conta de que o espaço não é relativo e sim absoluto, reconhecendo as inovações que Newton trouxe para o campo da ciência. Porém, mais tarde, Kant irá afirmar que o conhecimento sensível não abarca o conhecimento por si só, mas que o próprio sujeito contribui com algo para o conhecimento do objeto.

No momento em que Kant afirma a tese de Newton, ele busca provar a validade desta e, não obstante, utiliza o próprio espaço relativo para demonstrar uma outra relação que existe entre estes espaços (relativo e absoluto).

---

<sup>10</sup> A identidade dos espaços, proposta na tese newtoniana, torna-se necessária na medida em que a matemática só pode ser um instrumento que permite traduzir a ordem dos fenômenos postulando que o espaço geométrico e físico sejam idênticos.

<sup>11</sup> Acerca do título da obra: “Uso da metafísica unida à geometria em filosofia natural cujo espécime I contém a monadologia física”, vale notar, ao menos, quatro pontos que dizem respeito ao conteúdo completo da própria obra, a saber: ‘uso da metafísica’, diz respeito aos argumentos referidos a Leibniz (também Wolff); ‘geometria’ faz referência à Newton, bem como a ‘filosofia natural’ (física); e, a ‘modalogia física’, faz referência à obra de Leibniz (*Os princípios da filosofia ditos a Monadologia*), onde ele define, entre outras coisas, o conceito de mônada. Ou seja, Kant busca conciliar metafísica e física acerca do conceito de espaço e escreve a obra em *more geométrico* (Definição, Teorema e Escólio).

<sup>12</sup> Essa é uma das teses principais defendidas em PRADO, 2000.

A deslocação de um corpo pode ser resultado de uma deslocação própria desse corpo ou da deslocação em sentido contrário do espaço que ele se inscreve [...] não sendo o espaço absoluto mais do que uma ideia que nos permite relacionar os espaços relativos. (MAGALHÃES, 1983, p. 28-29).

Seguindo a interpretação de Magalhães, é possível perceber que o espaço não depende das relações das matérias, mas estas dependem do espaço para existir. O espaço que se dá por relativo (relação das partes) necessita de uma relação com algo que lhe seja externo para configurar sua existência, mantendo uma outra relação que se dá com o espaço externo, o qual Kant define como sendo um ponto exterior que estabelece a relação existente no espaço relativo.

No *Ensaio de 68*, Kant expõe o conceito de *situação*, a relação no espaço de uma coisa com outras, buscando afirmar a existência do espaço absoluto. O conceito de situação nos dá a relação das partes e estas pressupõem uma região que não consiste na relação das coisas no espaço, mas na relação da situação com um ponto que seja externo: espaço absoluto. Kant afirma, em 1798, que é possível conhecer a relação das partes a partir delas mesmas, mas não conhecemos a região, só se conhece quando há uma relação das coisas com um espaço exterior e não com as posições que estas ocupam. O filósofo ainda argumenta que o fundamento da forma corporal não se define utilizando-se somente a relação das partes, mas levando em consideração um ponto externo. Para Kant:

Com efeito, a situação das partes do espaço nas suas relações recíprocas pressupõe a região de acordo com a qual elas estão ordenadas segundo uma tal relação, e, no sentido mais abstrato, a região não consiste na relação no espaço de uma coisa com uma outra o que, rigorosamente falando, é o conceito de situação, mas na relação do sistema destas situações com o espaço absoluto do universo. (GUGR, AA 02: 377)<sup>13</sup>.

O conceito de situação leva a crer que Kant está a conceber que o “conceito” de espaço não deriva da experiência, mas torna-se possível por meio de orientações (relações) com corpos subjetivos, os quais configuram um espaço absoluto e originário (*aquisição originária – Dissertação de 1770*). Em outras palavras, o *Ensaio de 68* mostra que é necessário a referência a um espaço absoluto (entenda-se espaço puro) para perceber as coisas; tal espaço não é dado pela experiência, o mesmo pode ser dado

---

<sup>13</sup> Notação de referência para a obra *Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço (Vom dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Reume)* – Ensaio de 68 (GUGR).

pela relação das coisas tomando um ponto de vista externo (referência) a elas: espaço ou mesmo um sujeito (como referência externa para a diferenciação entre coisas distintas).

Ainda nesse contexto, Kant cita um exemplo que fundamenta a tese que ele propõe com relação ao ponto externo e, em oposição a Leibniz, que utilizou a expressão “congruência” para demonstrar a igualdade de corpos que se sobrepõem, Kant utilizará de “não-congruência” para estabelecer a utilização de um ponto exterior que forneça a diferença entre dois corpos.

Quando duas figuras, traçadas sobre uma superfície plana, são iguais e semelhantes, sobrepõem-se. Mas não se passa o mesmo com a extensão corporal ou mesmo com linhas e planos que não se encontram numa superfície plana; elas podem ser perfeitamente iguais e semelhantes, e no entanto tão diferentes nelas mesmas, que os limites de umas não podem igualmente ser os limites das outras. (GUGR, AA 02: 381).

Para exemplificar sua afirmação, Kant utiliza como exemplo a *mão humana*, dizendo que as mãos são idênticas com relação à sua proporção, grandeza do todo e ainda com relação às suas partes, mas são “não-congruentes”, pois não podem ser colocadas nos mesmos limites; ou seja, não se sobrepõem. Com o exemplo, Kant conclui que para conceber uma determinação do espaço não é preciso utilizar as relações das partes da matéria, mas estas com relação a um espaço que seja pré-existente, pois somente este pode configurar a diferença entre corpos.

Segundo Guerzoni (2004, p. 113-115), as contrapartes incongruentes (não-congruentes) podem evidenciar o caráter ideal e subjetivo do espaço dentro da caracterização da Forma da sensibilidade. Kant tenta provar, segundo o autor, que a diferença das contrapartes incongruentes das coisas podem ser percebidas fazendo referência ao espaço, como ponto de vista externo às próprias coisas, em outras palavras, como um espaço real independente das coisas, que permite diferenciar objetos iguais e semelhantes, mas que são incongruentes.

Num mesmo sentido, as contrapartes incongruentes poderiam constatar o caráter subjetivo do espaço, uma vez que a diferença de contrapartes incongruentes somente pode ser percebida tomando como referência o espaço, ou, um juízo intuitivo, imediato, aquilo que se pode ver. Para Guerzoni (2004, p. 118):

A tese que fornece sustentação à compreensão absoluta do espaço pode ser formulada nos seguintes termos: aquilo que apreendemos por

comparação com os nossos próprios corpos (por exemplo, de uma mão como sendo destra ou sinistra) remete a uma propriedade espacial real de corpos, que, como real, é independente das relações cognitivas que entabulamos com os corpos e, como espacial, mas não determinada pelas relações que os corpos e suas partes mantêm entre si (mais especificamente, das posições relativas das coisas corpóreas entre si e de suas partes entre si), reclama o caráter absoluto do espaço.

O possível caráter intuitivo do espaço (juízo intuitivo) compreende o espaço como intuição pura, tal com Kant expressa na *tese C* da *Dissertação de 1770*, lançando mão da incongruência como algo que somente pode ser ‘visto’, ou seja, algo que deve ser intuído. Na *tese C*, Kant retoma o argumento do *Ensaio de 68* acerca da incongruência. Segundo Kant:

As coisas que, num dado espaço, tendem para uma mesma região e as que pendem para uma região oposta não podem ser descritas discursivamente; ou seja, não podem ser reduzidas a características intelectuais, mediante qualquer penetração da mente; e, por isso, nos sólidos perfeitamente semelhantes e idênticos, mas incongruentes um com o outro, do género da mão esquerda e direita (na medida em que estas são concebidas apenas segundo a extensão), ou do género dos triângulos esféricos formados por dois hemisférios opostos, existe uma diversidade em virtude da qual resulta impossível que coincidam os limites da extensão, ainda que, mediante tudo aquilo que se exprime com características inteligíveis para a mente através da linguagem, seja lícito afirmar que eles se podem substituir um ao outro, sendo evidente que neste caso a diversidade, nomeadamente a incongruência, só pode ser notada por meio de uma *certa intuição pura*. (MSI, AA 02: 403, grifo nosso).

A argumentação que perpassa a citação acima confirma a tese que afirma o espaço como intuição pura à medida que ele permite mostrar a incongruência. É possível obter uma descrição completa de um objeto ou coisa, mas somente a descrição não é suficiente para distinguir contrapartes incongruentes. Pode-se descrever objetos semelhantes e iguais (como as mãos), mas eles não são os mesmos, pois há uma distinção que não é da ordem da descrição, é preciso descrevê-lo naquilo que é imediatamente dado: a disposição das partes em referência ao espaço total. Aquilo que é descrito como idêntico não assinala como sendo algo igual e semelhante, ainda é preciso que a diferença entre “idênticos” seja *vista* na sensibilidade, por meio de um juízo intuitivo. Assim, a singularidade da mão esquerda e da mão direita não é a completude de todas as determinações que as caracterizam como mão esquerda e direita, mas tal

determinação da diferença entre ambas somente é possível com uma referência ao espaço absoluto (externo).

Nesse sentido, pode-se dizer que as diferenças das regiões no espaço são percebidas por intuição (o *visto*) e, segundo Mai Lequan (2009, p. 158), “[...] o paradoxo prova que a diversidade das regiões no espaço existe por e pela intuição”<sup>14</sup>. Segundo o autor, o espaço como algo não discursivo permite diferenciar objetos incongruentes, uma vez que tal espaço se configura como intuição dada:

Apenas um espaço intuitivo permite fenômenos assimétricos. Se o espaço não fosse intuição ou relacionado a intuição, mas conceito do entendimento (como em Leibniz), não poderíamos intuir objetos assimétricos. Agora, se intui e se constrói tais objetos, a começar pelas mãos esquerda e direita. A experiência de objetos quirais de vários reinos naturais e a construção geométrica pura de figuras assimétricas mostram, contra os metafísicos e matemáticos, que o espaço não é discursivo, mas é um *dado intuitivo originário*<sup>15</sup>. (LEQUAN, 2009, p. 158, grifo do autor).

O espaço enquanto intuição pura permite distinguir a incongruência e as contrapartes incongruentes permitem ‘pensar’ a realidade e intuitividade do espaço, visto que a diferença somente pode ser vista e não descrita. Ou seja, a singularidade de algo depende do *ver* (da intuição) e não da determinação completa (descrição), o que resulta na insuficiência da descrição completa para garantir a distinção de objetos incongruentes.

Para Mai Lequan (2009, p. 167), o espaço é absoluto em si e relativo ao sujeito e as contrapartes incongruentes confirmam a realidade do espaço, mas sem negar sua idealidade intuitiva, o que nos leva a entender que o espaço é real enquanto existente, mas ideal enquanto intuitivo e puro.

Graças ao paradoxo dos incongruentes, assim como anti-leibnizianos e anti-newtonianos, a realidade do espaço físico-geométrico, longe de negar a sua idealidade intuitiva, é a razão do ser. E a idealidade intuitiva do espaço, que prefigura aqui a assimetria (geometria pura e história natural), é nosso modo de conhecer a realidade do espaço,

---

<sup>14</sup> [...] le paradoxe prouve que la diversité des régions de l’espace n’existe que pour et par l’intuition.

<sup>15</sup> Seul un espace intuitif permet des phénomènes d’asymétrie. Si l’espace n’était pas intuition ou rapport à l’intuition, mais concept de l’entendement (comme chez Leibniz), on ne pourrait pas intuitionner d’objets asymétriques. Or on intuitionne et on construit de tels objets, à commencer par ses mains gauche et droit. L’expérience d’objets chiraux des divers règnes naturels et la construction géométrique pure de figures asymétriques montrent, contre les métaphysiciens et mathématiciens, que l’espace n’est pas discursive, mais est un *donné intuitif originnaire*.

suas propriedades, seus objetos e suas regiões<sup>16</sup>. (LEQUAN, 2009, p. 160, grifo do autor).

Em um sentido semelhante, Pierre Magne (2009) confirma a realidade do espaço, dada em 1768, como um pressuposto para a própria realidade das coisas externas ao sujeito, sendo o espaço aquilo que pode mostrar as diferenças entre corpos incongruentes. Ele atesta a realidade dos fenômenos.

Somente as relações distintas dos corpos que aparecem lhe atestam sua realidade. A diversidade dos corpos não está no espaço mas ele é o espaço. Nesse sentido, a realidade do espaço se manifesta como um modo de segregação da realidade para nós. O espaço é real sob a forma de uma dispersão originária dos fenômenos. A dispersão espacial é a forma da realidade exterior a nós<sup>17</sup>. (MAGNE, 2009, p. 183).

Na opinião de Guerzoni (2004, p. 123-25), o espaço, em 1768, é algo que independe das coisas, é algo real, mas o mesmo serve como ponto de referência para distinguir as coisas, sendo o espaço anterior às próprias coisas:

Em resumo, dado que não se reconhece mais lugares necessários e entende-se como relativas as posições e os lugares ocupados pelos corpos, fica-se obrigado, a partir do reconhecimento de contrapartes incongruentes como tipos distintos de corpos, a atribuir ao espaço uma realidade própria, distinta e anterior à realidade dos corpos espaciais, realidade que torna possível a diferenciação de suas regiões que assim seria o fundamento da diferenciação das contrapartes incongruentes, apreendidas por meio de orientações relativas. O que necessariamente decorre do reconhecimento de contrapartes incongruentes como corpos de tipos distintos é apenas a distinção de regiões do espaço com um de seus traços característicos e, por conseguinte, recusando lugares absolutos, a atribuição ao espaço de uma realidade independente dos corpos que se situam nele. (GUERZONI, 2004, p. 125).

Guerzoni (2004, p. 129) conclui que a realidade do espaço não prova a tese do espaço absoluto e real, mas mostra o espaço como anterior às coisas, como algo que permite apreender os objetos incongruentes em suas diferenças, constando que o espaço

---

<sup>16</sup> Grâce au paradoxe des incongruents, aussi anti-leibnizien qu'anti-newtonien, la réalité de l'espace géométrico-physique, loin de nier son idéalité intuitive, en est la *raison d'être*. Et l'idéalité intuitive de l'espace, que préfigure ici l'asymétrie (en géométrice pure et en histoire naturelle), est notre *façon de connaître* la réalité de l'espace, de ses propriétés, de ses objets et de ses régions.

<sup>17</sup> Seules les relations distinctives des corps qui apparaissent en lui attestent sa réalité. La diversité des corps n'est pas dans l'espace mais elle est celle de l'espace. En ce sens, la réalité de l'espace se manifeste comme un mode de ségrégation de la réalité pour nous. L'espace est réel sous la forme d'une dispersion originaire des phénomènes. La dispersion spatiale est la forme de la réalité extérieure pour nous.

em 1768 promove a apreensão daquilo que pode ser visto, mostrando que o espaço é uma referência que permite distinguir as diferentes regiões no espaço: “[...] a distinção de regiões, que aprendemos relativamente a algum sistema de referência, seria um traço característico do espaço, apreendido pela sensibilidade”.

No âmbito da argumentação acerca das contrapartes incongruentes, e considerando o ponto de vista dos apontamentos acima, verifica-se que Kant afirma a existência de um espaço absoluto que determina a relação entre partes que se relacionam. Assim, Kant confirma que a diferença de contrapartes incongruentes somente pode ser percebida tendo o espaço como referência (juízo intuitivo), que fundamenta a diferença das regiões no espaço, postulando que tal diferença pode ser vista.

Trazendo à tona a polêmica entre espaço real/ideal ou absoluto/relativo, Kant, na *Dissertação de 1770*, atesta que o espaço não é algo objetivo e nem real, mas subjetivo e ideal, o que poderia conduzir a uma refutação do *Ensaio de 68*. Porém, é possível afirmar que este *Ensaio* carrega consigo premissas que preparam os argumentos de 1770, ao menos, no que diz respeito ao espaço como intuição, ou melhor, como algo subjetivo. Na *Dissertação de 1770*, Kant afirma:

*O espaço não é algo objectivo e real, nem substância, nem acidente, nem relação; mas algo subjectivo e ideal, saído da natureza da mente por uma lei estável, à maneira de um esquema mediante o qual ela coordena para si absolutamente todas as coisas que são externamente sentidas. Aqueles que defendem a realidade do espaço ora o concebem como receptáculo absoluto e imenso de todas as coisas possíveis – sentença esta que, depois dos Ingleses, agrada a muitos dos géometras –, ora pretendem que o mesmo seja a própria relação das coisas existentes, a qual desaparece inteiramente uma vez suprimidas as coisas e que só é pensável nas coisas actuais, tal como, depois de Leibniz, o afirma a maior parte dos nossos. (MSI, AA 02: 403, grifo do autor).*

Considerando o argumento acima e retrocedendo ao *Ensaio de 68*, Kant assume a necessidade de um ponto exterior que determine a diferença das regiões no espaço, ele toma como ponto de referência o corpo humano para elucidar as três dimensões do espaço, sendo elas em relação ao corpo: alto/baixo, frente/atrás, direita/esquerda. O próprio sujeito é tomado como um ponto de referência externo e como o próprio Kant afirma:

No espaço próprio do corpo, em virtude das suas três dimensões, podemos ter a representação de três planos que se cortam em ângulo reto. Uma vez que não podemos conhecer tudo o que está fora de nós através dos sentidos a não ser na medida em que estiver em relação conosco, não é de se espantar que tiremos da relação destes planos em intersecção com o nosso próprio corpo o primeiro fundamento para formar o conceito de regiões do espaço. (GUGR, AA 02: 378-379).

Com a afirmação acima, observa-se a primeira referência acerca de um espaço subjetivo, visto que o próprio sujeito é considerado como um ponto externo que configura uma região e determina a diferença entre corpos que se relacionam. Além disso, não é de se duvidar que um sujeito pode conceber um objeto espacial utilizando-se das três dimensões do espaço.

Diante disso, pode-se dizer que: se o próprio sujeito pode conceber um objeto espacial, sem contudo, este ser dado no sensível, o espaço deixaria de ser algo objetivo, pois o próprio sujeito teria “fornecido” o *espaço*. Portanto, o espaço seria algo subjetivo como Kant afirma na *Dissertação de 1770*, dizendo que o espaço é subjetivo e ideal, que coordena o que é sentido exteriormente, além de que este provém da natureza do espírito, demonstrando que o espaço é adquirido pelo sujeito por meio de leis ínsitas à mente (inatas), fortalecendo a concepção de espaço subjetivo. Retomando o argumento sobre regiões do espaço, encontra-se na *Dissertação de 1770* uma passagem que pode ser considerada como confirmação do argumento do *Ensaio de 68*:

*O conceito de espaço não é abstraído das sensações externas. Pois não é possível conceber algo como estando situado fora de mim, a não ser representando-o como estando num lugar diferente em que eu próprio estou; nem é possível conceber coisas como sendo exteriores uma às outras, a não ser colocando-as em diferentes lugares do espaço. Por conseguinte, a possibilidade das percepções externas, enquanto tais, não cria, mas antes supõe, o conceito de espaço, como também as coisas que existem no espaço afectam os sentidos, mas o espaço mesmo não pode ser captado pelos sentidos. (MSI, AA 02: 402, grifo do autor).*

Com a citação, pode-se entender que só é possível representar as coisas fora de mim, quando estas estão em um lugar diferente do qual eu estou. Ou seja, só é possível conceber coisas exteriores uma às outras em espaços diferentes (além da confirmação da necessidade da existência de um espaço como pressuposto para a própria existência das coisas). Aqui, é possível perceber o ponto que distancia Kant das concepções de espaço entre Leibniz e Newton, promovendo a caracterização do espaço como relativo ao sujeito e não relações entre coisas que se relacionam constituindo um espaço (Leibniz),

ou simplesmente um ponto de referência externo como espaço real pré-existente (Newton).

Aproximando o espaço do tempo, [Kant] faz de ambas formas de nossa sensibilidade e, num certo sentido, ambos relativos, não às posições das coisas corpóreas entre si ou à sucessão delas na existência, como possivelmente queriam os leibnizianos, mas sim ao nosso modo de apreendê-las, à sensibilidade humana, como certamente não queriam nem os leibnizianos, nem os newtonianos. (GUERZONI, 2004, p. 112).

Nas palavras de Guerzoni, juntamente com a *tese A da Dissertação de 1770*, pode-se perceber o rompimento de Kant acerca das concepções de espaço de Newton e Leibniz. Kant irá pressupor a existência de um espaço como real à medida que ele existe e serve como ponto de referência externo para diferenciar espaços, ou, para diferenciar corpos incongruentes, mas que são iguais e semelhantes, tendo somente pelo espaço a constatação dessa diferença. Num mesmo sentido, o espaço permanece como relação, porém, não como queria Leibniz, pois o espaço é uma relação das coisas com o sujeito que as apreende, isto é, as coisas externas ao sujeito estão em relação com ele ‘postas’ em um espaço diferente do qual ele ocupa, o que permite diferenciar os objetos da sensação externa.

A constatação da necessidade de um ponto externo para posicionar o objeto diante do sujeito e compreender a situação dos objetos na diferença das regiões no espaço, pode ser corroborada com a *Reflexão 4675 (Legado de Duisburg – 1775)*, onde Kant diz que algo é posto fora de nós se sua representação constitui continuidade e um *ponto de referência* particular: “[...] eu não representaria algo como fora de mim e, portanto, não transformaria aparência em experiência (algo objetivo), se as representações não se reportassem a algo que é paralelo a meu eu, pelo qual eu as reconduzo de mim a um outro sujeito”.

Levando em consideração a necessidade de um ponto de referência externo ao sujeito, bem como o modo de abarcar e conhecer um objeto, na *Reflexão 4674 (Legado de Duisburg – 1775)*, Kant afirma que aquilo que é dado, a matéria indeterminada, fundamenta-se na relação e concatenação das representações (sensações). Desse modo, a “exposição das aparências é o fundamento da exposição em geral daquilo que foi dado”. A concatenação das representações é realizada pela ação interna do ânimo, que engendra um todo de acordo com a matéria:

Aqui há, portanto, unidade não por força daquilo em que, mas pelo que o múltiplo é reunido em um único, portanto, validade universal. Por isso, não são formas, mas funções, em que se baseiam as relações das aparências. A exposição das aparências é, portanto, a determinação do fundamento em que se baseia o nexo das sensações nas mesmas. (Refl, AA 17: 643)<sup>18</sup>.

Nesse sentido, o sujeito contém as condições de representação de tudo que há conceito, sendo que em sua sensibilidade é determinado o objetivo deste conceito. Ou seja, para tal conceito *a* deve ser dado um objeto *x*, ou na intuição pura ou na intuição empírica. O *x* é o objeto que se pode determinar por *a* e pode ser dado de modo *a priori*, na construção; mas na exposição, segundo Kant:

[...] podem ser conhecidas as condições *a priori* no sujeito, sob as quais *a* se relaciona em geral a um objeto, a saber, a um [objeto] real. Este objeto só pode ser representado segundo suas relações e nada mais é do que a própria representação subjetiva (do sujeito), mas tornada universal, pois eu sou o original de todos os objetos. (Refl, AA 17: 647).

As “condições *a priori* do sujeito” podem ser entendidas como ‘Formas’ puras da intuição sensível. Nesse sentido, é possível dizer com Kant (Refl, 17: AA 645), que o *espaço é uma condição subjetiva*. Com isso, é possível perceber a necessidade de uma estrutura de conhecimento que transforme matérias perceptíveis em objetos de conhecimento. Segundo Kant:

A distinção de todos os nossos conhecimentos é segundo a matéria (conteúdo, objeto) ou [segundo] a forma. No pertinente à última, ela é intuição ou conceito. Aquela [forma da intuição] é do objeto na medida em que ele é dado, esta [forma do conceito], na medida em que ele é pensado. A faculdade da intuição é sensibilidade, do pensamento é entendimento (do pensamento *a priori*, sem que o objeto seja dado). O entendimento é contraposto por isto à sensibilidade e à razão. A perfeição do conhecimento segundo a intuição é estética, segundo os conceitos é lógica. A intuição é ou do objeto (*apprehensio*) ou de nós mesmos; a última (*apperceptio*) reporta-se a todos os conhecimentos, também aos do entendimento e da razão. (Refl, AA 17: 650-651).

Com isso, pode-se concluir com Kant (Refl, AA 17: 652), que as condições subjetivas da aparência são intuições: espaço e tempo. Nessa medida, a condição

---

<sup>18</sup> Notação de referência para as *Reflexões (Reflexionem)* – Refl.

subjetiva de apreensão do conhecimento empírico, no *tempo em geral*, deve estar de acordo com as condições do sentido interno em geral (tempo). Por conseguinte, “a condição subjetiva do conhecimento racional é a construção através da condição da apreensão em geral”. Ou seja, a matéria para o conhecimento, de um dado empírico, é abarcada pelas *condições de apreensão* do sujeito em intuições de espaço e tempo, promovendo um conhecimento racional pela concatenação de representações das aparências por meio da ação do entendimento e sensibilidade: forma e conteúdo, pensamento e dado, faculdade do pensamento e faculdade da intuição. Tudo sob condições subjetivas, isto é, o “sujeito contém as condições de representação de tudo aquilo que temos conceitos e em sua sensibilidade tem de afinal ser determinado o objetivo dos mesmos” (Refl, AA 17: 644). Desse modo, tem-se que o sujeito constrói o conhecimento, ou, representa o mundo que se apresenta a ele em uma multiplicidade transformada em unidade: conhecimento.

Do mesmo modo, na *Reflexão 4678 (Legado de Duisburg – 1775)*, Kant afirma:

Pois toda aparência com sua determinação completa tem de ter unidade no ânimo, por conseguinte [tem de] estar submetida àquelas condições pelas quais a unidade das representações é possível. Somente aquilo que é requerido para a unidade das representações pertence às condições objetivas. A unidade da apreensão está ligada necessariamente à unidade da intuição [no] espaço e tempo, pois sem aquela esta não daria nenhuma representação real. (Refl, AA 17: 660).

Assim, objetos captados pelos sentidos devem ser apreendidos na intuição (espaço e tempo) segundo o “esquema”: sensação – intuição – aparência – conceito (Refl, AA 17: 662). Grosso modo, os sentidos apreendem o múltiplo por meio da intuição que abarca tal múltiplo transformado em aparência constituída em conceito: sensibilidade e entendimento – determinação de um objeto  $x$  por meio do conceito  $a$ .

O que Kant engendra ao longo de sua investigação acerca do que é o espaço, bem como acerca da estrutura cognitiva do sujeito é a demonstração de que os objetos não mais regulam o conhecimento, ou seja, os objetos devem regular-se pelo conhecimento do sujeito. Assim, Kant eleva o sujeito ao ponto em que o objeto deve ser pensado e representado pelo sujeito tal como ele aparece, ou melhor, o mundo sensível é uma representação e construção do sujeito cognoscente. Há, portanto, um conhecimento *a priori* dos objetos dado em uma intuição pura, possível por meio do espaço e tempo, à medida que o espaço não é nem absoluto e nem relativo, ele não é senão uma intuição pura.

#### **4. Considerações finais**

A polêmica acerca do espaço, se real ou ideal, se absoluto ou relativo, foi o primeiro passo para a construção do argumento acerca do espaço como fundamento da diferença das regiões no espaço, no *Ensaio de 68*. Como vimos, a *Monadologia Física* (1756) apresentou a tentativa de conciliação, por parte de Kant, entre as teses de Newton (espaço real-absoluto) e Leibniz (espaço ideal-relativo), ficando ao lado da metafísica, com um espaço ideal.

Na década que separa a *Monadologia Física* do *Ensaio de 68*, Kant continua suas reflexões acerca do espaço, conjugando a existência como posição absoluta no espaço (1763), as provas dos conceitos matemáticos dadas de modo puramente *a priori*, sem recorrer à experiência (1764), e aquilo que se pode conhecer, sendo apresentado aos sentidos (1766). Em todos estes aspectos, o espaço esteve presente como um ponto de referência.

No *Ensaio de 68*, Kant retoma sua discussão com o pensamento de Newton e Leibniz, mas agora, inclina-se para a tese newtoniana, para um espaço real e absoluto. Ele considera o espaço como um ponto de referência externo às coisas para mostrar a diferença entre corpos iguais e semelhantes, mas incongruentes. Segundo Kant, a diferença entre corpos incongruentes somente é possível de ser percebida postulando a existência de um espaço real como ponto de referência. Aqui, Kant parece estar convencido acerca da validade da prova newtoniana, no entanto, ele traz a “novidade” para a polêmica acerca do espaço, qual seja, o espaço é anterior ou posterior às coisas (respectivamente, Newton e Leibniz).

A tese do espaço como real em 68 não descartou, definitivamente, a tese de Leibniz, visto que Kant considera o espaço como ponto de referência, mas o concebe como intuição. Sendo intuição, o espaço é real à medida que ele é pressuposto para a existência das coisas, assim, ele é anterior a elas. No mesmo sentido, sendo intuição ele não é real, não é conceito, mas é ideal, algo *a priori*, pois é anterior, e puro, portanto, não deriva das sensações externas. Desse modo, o espaço em 68 é caracterizado como fundamento da diferença das regiões no espaço, o que o torna, de certo modo, um princípio. O resultado de 68 mostra que o espaço é uma intuição e esta tem referência a um sujeito cognitivo, que conhece o mundo e se utiliza do espaço para perceber o mundo, pois, este está em um espaço diferente daquele que as coisas ocupam.

Os indícios que apresentam o espaço como uma intuição e ponto de referência são, para nós, a chave para compreender o espaço como condição de representação dos objetos sensíveis, tal como Kant apresenta na *Dissertação de 1770*, caracterizando, posteriormente, o espaço como forma pura da intuição sensível, na *Crítica da razão pura* (1781/1787).

O que procuramos mostrar é que o *Ensaio de 68* traz os indícios da subjetividade do espaço, uma vez que o próprio sujeito, neste ensaio, foi tomado como ponto de referência, ou seja, o espaço está em relação entre o sujeito e o objeto, mas ele próprio é uma intuição, que será, a partir de 1770, uma intuição sensível e pura pertencente ao sujeito que conhece.

Pode-se concluir que o retrocesso aos escritos anteriores à *Crítica*, acerca da concepção do espaço, pode trazer alguma luz para compreender a sua gênese. A problemática do espaço guarda muito mais do que foi exposto aqui, no entanto, sua caracterização que perpassa as concepções de Newton e Leibniz pode ser considerada a pedra de toque para o engendramento da tese kantiana acerca do espaço como ideal e subjetivo, a forma pura da intuição sensível, o espaço como intuição e não como conceito. O espaço, que é ‘pura subjetividade’ do sujeito, apresentado na *Crítica* como forma, na *Dissertação de 1770* como condição e no *Ensaio de 68* como fundamento, é um e mesmo espaço; assim, é possível dizer que o *Ensaio de 68* apresenta o *pré-anúncio* do espaço como algo subjetivo, à medida que o apresenta como intuição.

## Referências

- GUERZONI, J. A. Sobre o fundamento da distinção de regiões no espaço. In: ÉVORA, F. et al (Orgs.). *Lógica e ontologia: ensaios em homenagem a Balthazar Barbosa Filho*. São Paulo: Discurso Editorial, 2004. p. 111-130.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores, Kant I).
- \_\_\_\_\_. Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço. In: \_\_\_\_\_. *Textos pré-críticos*. Porto: Rés, 1983. p. 165-174.
- \_\_\_\_\_. *Pensamientos sobre la verdadera estimación de las fuerzas vivas*. Berna: Peter Lang, 1988.
- \_\_\_\_\_. O Legado de Duisburg. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 65-119, 1999.
- \_\_\_\_\_. Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e inteligível. In: SANTOS, L. R. dos; MARQUES, A. *Dissertação de 1770 seguida de Carta a Marcus Herz*. 2. ed. Lisboa: Casa da Moeda, 2004. p. 23-105.
- LEQUAN, M. 1768: Le paradoxe des incongruents et la preuve de l'intuitivité de l'espace. In: LANGLOIS, L. *Années 1747-1781 Kant: avant la Critique de la raison pure*. Paris: Vrin, 2009. p. 157-167.
- MAGALHÃES, R. Introdução. In: KANT, E. *Textos pré-críticos*. Porto: Rés, 1983. p.

15-31.

MAGNE, P. L'espace et ses differences sur l'opuscule de 1768: du premier fondement de la difference des regions dans l'espace. In: LANGLOIS, L. *Années 1747-1781 Kant: avant la Critique de la raison pura*. Paris: Vrin, 2009. p. 177-184.

PRADO, L. L. *Monadologia e espaço relativo: o jovem Kant recepcionando Leibniz*. São Paulo: EDUC, 2000.